

Editorial

E no curso desse leme, nossa Nau vai continuar a singrar pelos mares da Gestão Social e todas as suas bordas e fronteiras. Não é fácil, leitores queridos, publicar sem apoios institucionais. Vivemos tempos muito pragmáticos onde ao mesmo tempo que os órgãos de fomento por meio dos programas de pós-graduação chicoteiam as comunidades acadêmicas em prol de mais e mais publicações, os mesmos não raros tervergizam sobre a importância de se investir na manutenção das revistas que estão sob seu alcance mais direto. Nesses contextos, resta para os editores da vez colocar suas dores no saco e seguir resistindo. E quando a revista tem como recorte valores contra hegemônicos, tão pior!

Com a Nau Social não é diferente, muito pelo contrário! Todos os editores da NAU Social, os de ontem e os de hoje, modéstia parte, são aguerridos e comprometidos com a sobrevivência desse periódico. Não recebemos bolsas, não contamos com apoio mínimo de secretaria, revisão e diagramação e muitas vezes, para além dos nossos trabalhos voluntários, tiramos do próprio bolso para a manutenção e continuidade da revista.

Em que pese isso seja bonito e diz muito sobre o nosso compromisso com a difusão do conhecimento, não devemos romantizar esses processos de precarização que muitas revistas passam no seio das universidades. Se pensarmos que há um sistema de avaliações que produz um ranqueamento entre os periódicos nacionais e internacionais, estabelecendo-se assim valorações e bonificações destinadas aos que mais publicam, “alguma coisa anda fora da ordem! “.

Por outra via, muitos periódicos atualmente cobram valores nada franciscanos para publicarem textos, o que por um lado garante a sustentabilidade e a dignidade dessas publicações, por outro, ao mesmo tempo, acirra os níveis de estratificação social dentro das comunidades epistêmicas. Não por outra razão, a NAU Social tem seguido firme no propósito de não cobrar valores pela vinculação dos artigos e tentar a sustentabilidade a partir do grande projeto de extensão e pesquisa que é coordenar uma revista.

E são por essas águas que continuamos navegando neste número da Nau que traz como um plus o Dossiê temático organizado pelo professor Breyner Ricardo de Oliveira da UFOP intitulado por *Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas*. É importante ressaltar que esse dossiê faz parte da articulação em rede que a Revista Nau Social nutre com pesquisadores do campo de públicas, onde a avaliação de Políticas Públicas é um eixo temático muito caro para nossa linha editorial.

Acreditamos que esse dossiê traga contribuições imensas para os pesquisadores da área, ao qual torna essa edição, em especial, ontológica na série histórica da Revista Nau Social. Nesse sentido, nosso profundo respeito e cuidado com a proposta que nos foi oferecida pelo professor Breyner Ricardo e os demais pesquisadores que se engajaram nessa aventura pelos mares que navega a nossa Revista.

Para além das publicações trazidas pelo dossiê temático, publicações essas apresentadas no editorial formulado pelo professor Breyner, alguns outros artigos selecionados pelos nossos avaliadores abrilhantam essa edição da nossa Nau Social e merecem apresentação e destaque. Entre Diários de Bordo, Novos Territórios e Bússolas, nossos articulistas singram junto conosco nesses mares.

Na sessão Diários de bordo, a autora Marcia dos Santos nos brinda com o artigo ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: um estudo de

caso à luz da teoria da subjetividade. Neste trabalho, a autora empreendeu uma investigação que buscou compreender as percepções da violência doméstica por parte das mulheres que sofreram essa experiência lastimável, algo que perpassa por suas subjetividades tanto em relação ao sofrimento, como em relação às dinâmicas de redes de apoio, no caso do artigo, o papel da defensoria pública nesse contexto.

Na sessão Novos territórios, três artigos nos convidam a refletir sobre temas contemporâneos que oxigenam o campo de públicas. São dos novos territórios os ventos que sopram forte e movimentam essa nau!

Sylvana Melo dos Santos, Ranny Scarlet Tavares Marcolino da Rocha, Haylla Rebeqa de Albuquerque Lins Leonardo e Anderson Luiz Ribeiro de Paiva assinam juntos o artigo intitulado por *A necessidade e os desafios da apropriação das Tecnologias Verdes pela comunidade de baixa renda*. Esse é um artigo que nos chama atenção para os desafios colocados para as tecnologias verdes nos grandes centros urbanos, um movimento que nos convida a aliar os saberes técnicos e a difusão do conhecimento rumo à popularização desses benefícios para a sustentabilidade do planeta, em especial, as periferias.

No artigo *ECONOMIA SOLIDÁRIA, GESTÃO SOCIAL E DEMOCRACIA DELIBERATIVA: um estudo de caso da Associação de Moradores do Município de Ribeirão das Neves*, Gabrielle Guimarães dos Santos, Débora Dias Resende e Daniel Paulino Teixeira Lopes investigam se as ações sociais promovidas pela Associação de Moradores do Bairro Metropolitano de Ribeirão das Neves (ASMOBAM) podem ser categorizadas como de fato solidárias, participativas e democráticas. Nesse sentido, os autores a partir desse estudo de caso demonstram o quanto essas três categorias não refletem as interfaces dessa organização, ao que nos leva a refletir que mais do que retórica, o combo economia solidária, gestão social e democracia são de fato instrumentos de prática social engajada.

E fechando a sessão dos Novos Territórios, Wagner Yoshizaki Oda¹ e Juarez Pereira Furtado nos brindam com o artigo *Participação e avaliação participativa: um caminho instituinte na avaliação*. Esse é um artigo reflexivo que nos convida a pensar como o estabelecimento de ligações entre avaliação participativa e as noções de participação nos planos teórico e prático podem nos fornecer elementos para a qualificação das relações entre ambas. Nesse sentido, esse artigo apresentado dialoga ao seu modo com o dossiê sobre *Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas*.

Por fim, na sessão Bússolas, o artigo de Luciana Garcia de Mello intitulado por *Os paradoxos do antirracismo: avanços e retrocessos da luta quilombola* nos convida a refletir sobre os paradoxos do antirracismo na sociedade brasileira, tomando como exemplo os avanços e retrocessos da luta quilombola. Esse é um artigo analítico muito pulsante quando estamos diante do paradigma do racismo estrutural e estruturante como elemento forjador do nosso país. Não sem razão, o abolicionista Joaquim Nabuco lá no século XIX vaticinara que: *“A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”*. Infelizmente, ele não estava errado e a gente ainda precisa extirpar o racismo da nossa sociedade.

Enfim, leitores queridos, ainda resta muito a caminhar para erigimos uma nação solidária e antirracista. Que a nossa Nau Social seja veículo de resistência e transformação social do Brasil... porque no mais profundo do Brasil, dentro de cada casa, de cada terreiro, de cada quilombo (ou aquilombamento), de cada aldeia indígena na floresta ou na cidade, no centro ou nas periferias, existem ancestralidades presentes e resistentes. Seja Caboclos ou Orixás, Inquices ou Voduns de dentro do fundo da terra Brasilis um grito retumbante de justiça a pouco ecoou e a todos deixou perplexo. Kao Kabiessi lê!.